

TEMA 3

**AS MONOGRAFIAS LOCAIS NA PERSPECTIVA DA
ANTROPOLOGIA** (*Resumo*)

por

Joaquim Pais de Brito

O autor procedeu a uma importante definição do *corpus* das monografias locais portuguesas. Evidenciou as grandes tendências da evolução da produção monográfica local desde os meados do século XIX até ao presente. E demonstrou a utilidade crucial das monografias locais para a investigação antropológica: como fontes secundárias, decerto, mas também e sobretudo, como fontes primárias — «voz local».

DEBATE

Augusto Santos Silva: Vamos, então, entrar no período de debate, começando exactamente pela discussão centrada neste tema. Depois retomaremos, se for preciso, problemas que ficaram em suspenso das sessões anteriores.

Suponho que a exposição inicial é suficientemente rica para a discussão começar já, e, então, começaria por uma questão global à assembleia e ao comunicante, que é a questão que me põe mais perplexo, sobretudo do ponto de vista em que me coloquei ao estudar algumas monografias, que era o ponto de vista do historiador.

É exactamente a questão do revivalismo a que se assiste a seguir a 1976, provavelmente em consequência mais ou menos directa da autonomia local, consagrada pela lei das autarquias locais e pela dinâmica do poder municipal que se foi criando. Esse revivalismo das monografias locais põe questões bastante interessantes, desde as que se ligam propriamente ao mercado de trabalho dos estudiosos, ou melhor, aos rendimentos complementares de alguns estudiosos e de alguns especialistas consagrados, até ao problema que tem a ver — como o Joaquim Pais de Brito assinalou —, com o valor objectual da monografia, se a terra não a tem terá de a ter, se tem mas está esgotada ou antiga é necessária reeditá-la, aliás com toda a pompa e circunstância, com pompa e circunstância que envolve por vezes esquemas de coedição relativamente nobres, como é a coedição com a Imprensa Nacional. Isso coloca alguma perplexidade. Talvez a distinção, funcional e necessária, entre a monografia como voz local e a monografia como resultado, ou de programas de investigação, de instituições exteriores à localidade, ou como resultado da opção por parte do especialista pelo método intensivo — talvez esta distinção tenha que ser abrandada ou relativizada, quando nós analisamos o surto recente das monografias, em que já é mais difícil distinguir entre as monografias / vozes locais, como bem diz o J. Pais de Brito, e as monografias que se prendem mais com modos de progressão académica ou modos de realização de trabalho académico.

Octávio Lixa Filgueiras: O problema das monografias para os arquitectos é de uma extrema importância. Eu queria acrescentar esta achega ao que disse o Joaquim Pais de Brito; com o desenvolvimento dos planos de urbanização é praticamente impossível aos urbanistas trabalharem se não tiverem um bom apoio deste tipo de documentos.

Simplesmente, como se viu pela exposição de Joaquim Pais de Brito, nas terras onde as monografias têm um carácter menos técnico, menos vincadamente rigoroso, elas praticamente não servem para nada — e daí suponho que a explicação deste revivalismo, que não é propriamente um revivalismo: de facto, corresponde a uma necessidade prática de carácter imediato para aquilo que é uma imposição que vem sido exercida por lei de todas as terras com determinadas características serem obrigadas a realizar o seu plano de urbanização. É evidente que há um aspecto curioso — eu falo como arquiteto —, não acredito nos planos de urbanização, porque de uma maneira geral os planos de urbanização são feitos como uma peça académica para serem depois destruídos sistematicamente; é um fenómeno curioso que merecia um dia ser amplamente estudado. Mas o que é facto é que efectivamente existe uma lei que obriga praticamente os municípios a fazer os seus planos de urbanização; e, portanto, uma das portas de saída dum plano são os antecedentes das terras. Estes antecedentes têm de ser objectivamente estudados num curto espaço de tempo e não compete ao urbanista fazer a monografia, ainda que o seu plano passe depois a construir uma peça importante de uma monografia futura. Isto é um aspecto. Por outro lado, o conceito de programação da terra é extremamente importante porque há duas posições (eu não estou só a falar de arquitectura, estou também a falar dos reflexos disto nas futuras monografias, ou até nos futuros estudos monográficos das terras). Uma terra evolui normalmente dentro daquilo que é um jogo dialéctico dos interesses locais ou não locais; aliás, percebe-se um pouco isso a partir do *Roque Santeiro*. De qualquer das maneiras, é evidente que as terras não são estáticas, há um jogo de interesses que é muito decisivo, nomeadamente o de carácter de especulação fundiária (e não só, mas este é o mais evidente). Ora bem: nestas circunstâncias, a posição dos organizadores do território ou de urbanistas pode cifrar-se em dois pólos opostos: ou fazer a tal peça académica que já sabem que não vai servir para nada, que é só para dar cumprimento a imposição legal; ou então tentam fazer uma outra coisa, que é praticamente impossível, mas que pode ser tentada, com efeitos benéficos, que é participar activamente no desenvolvimento local. E aí — e agora revertendo isto que disse para a problemática das monografias —, acho que deveria ser interessantíssimo o acompanhamento dos urbanistas pelos homens que estudam as terras locais e por aquilo que será a necessidade de encontrar nas terras os tais eruditos, ou os tais homens interessados no conhecimento do que foram as suas tradições, do que foram as suas capacidades e na interpretação de certos sentidos, porque efectivamente para acompanhar a evolução de um processo dinâmico como é o da urbanização, por exemplo, é preciso estar muito dentro das terras e principalmente ter uma outra participação, que só se pode conseguir através do amor à terra e às pessoas.

Portanto, há, aí um problema; porque a monografia não é só um texto literário, não é só uma coisa e servirá para os coleccionadores, para os eruditos.

Não: as monografias passam a ter um valor importante na própria dinâmica do processo e que as terras se desenvolvem.

Eu antes de terminar gostaria de manifestar ao Pais de Brito o meu grande apreço pelo que ele disse de Rocha Peixoto, porque há bocado, na segunda comunicação, acho que falhou um pouco a identificação do que foi a escola antropológica do Porto, que foi chefiada por pessoa que não tinha nenhum curso universitário, mas que foi um revolucionário das ideias. Todo o grupo da Portugália e tudo o que ele fez, até à altura em que acompanhou o próprio Santos Graça, é extremamente notável, como disse, e revolucionário.

Manuel Carlos Silva: Antes de mais, eu queria felicitar o Joaquim Pais de Brito porque gostei imenso não só da grande informação que deu das monografias ou, pelo menos, da maior parte delas, mas também da interpretação que ofereceu das mesmas e do seu contexto. Neste mesmo sentido, eu queria fazer uma pequena observação, dar uma achega, se quiser e perguntar a sua opinião sobre a seguinte questão e comentário: até que ponto é que o declínio das monografias na Primeira República e a multiplicação das mesmas sob o «Estado Novo» — para além dos aspectos ideológicos, que efectivamente existem na própria consolidação do «Estado Novo» — não reflectirá também a correlação de forças de dois grandes blocos que se enfrentaram ao longo do século XIX e sobretudo do século XX?

Como hipótese de trabalho — mas que acho que seria interessante estudar — teríamos o bloco dito urbano, composto pela nascente burguesia industrial, por um lado, e o proletariado, por outro, face ao bloco rural — que se apresentou mais forte até recente data — do qual fariam parte, além do clero, a burguesia compradora e rentista e sobretudo os proprietários fundiários e outras classes — apoio como os camponeses, artesãos, etc.

Embora centralista, o «Estado Novo» deixou, porque lhe convinha de facto, relativamente «em paz» as colectividades locais. Já recentemente, quanto ao revivalismo das monografias, de que falava o Augusto Santos Silva, se, por um lado, por parte de muitos, há a motivação no sentido de tentar voltar às origens, às raízes da nossa cultura, por outro, com o desfazer dos sonhos (utópicos ou não) no pós 25 de Abril, com o novo fracassar do bloco urbano centrado em Lisboa e zonas industriais, a pergunta que coloco é se realmente a volta às origens não teria a ver precisamente com esse desencanto político, digamos assim, e que veio provocar uma multiplicação de monografias no pós 25 de Abril, nomeadamente a partir de 76-78. Claro que aqui, para além da motivação local, há também motivações sérias de inclusivamente desfazer mitos, de contrapor novas teses a antigas perspectivas funcionalistas, enfim, de mostrar e tentar explicar a própria realidade e os comportamentos sociais.

Jorge Freitas Branco: Tenho uma pergunta que deriva de uma suspeita. Não será que, em termos gerais (falo sobretudo das monografias elaboradas a partir

do século passado até ao presente), o número potencial de pessoas que irão adquirir essa monografia se pode considerar à partida muito mais elevado que o número de leitores; ou seja, uma monografia local, quando existe, é um livro, muitas vezes um dos poucos livros que toda a gente tem em casa e só poucos o abriram e o leram. Uma segunda característica: mesmo aqueles que a têm em casa e nunca a leram, quando querem falar sobre o passado da sua localidade, citam a monografia, porque sabem que esse dado vem na monografia, através de uma outra pessoa que já a leu. Não sei se podes confirmar isto. [...]

Tinha também uma segunda questão. Será que, de facto, a pessoa que se vai transformar no autor da monografia é uma pessoa que emerge por casualidade, é uma pessoa que está de facto inserida no meio, é uma pessoa que em determinada altura realmente é «chamada» a desempenhar essa tarefa para a colectividade; ou não será que o potencial de pessoas que, à partida, poderiam reunir estas condições, em qualquer localidade, é muito mais amplo, ou seja, nunca há só uma, há sempre dois, três, quatro ou cinco; e o problema é quando aparece uma situação que permite eliminar os concorrentes e aparece só um autor. Eu digo isto, pode parecer um bocado metafísico, mas quis focar esta questão porque conheço um caso concreto da Madeira, uma monografia, neste caso, uma obra, que tem o peso de Bíblia regional, já não é uma monografia local, é o *Elucidário*. O seu autor teve uma contenda vitalícia, em termos de ser um erudito regional, com uma outra personalidade que também se considerava erudito, local, com o mesmo nível. A consequência disto viu-se no futuro; ou seja, agora nem uma obra nem outra são de confiança, (embora o *Elucidário* seja de mais confiança que as ideias de Zarco) porque no âmbito da rivalidade, do despique entre os dois em publicar cada vez mais e melhor e de descobrir mais documentos, nenhum deles é sério e honesto na citação das fontes, escondem as fontes, dizem: vi um documento muito antigo que diz isto e aquilo; nada mais.

E quando um cita um documento, o outro descobre um documento que vai pôr esse primeiro em causa, e não cita as fontes. Mas há um que é mais desonesto que outro. Não sei se isto vos fará reflectir acerca da pessoa que a certa altura emerge como autor; se isto é de facto assim tão linear, tão nítido.

Vítor Oliveira Jorge: Eu só queria dizer uma coisa ao Pais de Brito. A Arqueologia também veio a este debate para deixar uma mensagem, e foi esse o sentido da minha intervenção de há bocado. Nós necessitamos muito de entrar em diálogo com os antropólogos culturais e sociais, com todo este mundo vasto da Antropologia em que de facto estamos inseridos. Nesse sentido temos o maior respeito por todo o vosso trabalho e por toda a vossa problemática que se equaciona neste âmbito. Porém necessitamos também da vossa parte de uma grande atenção, e é isso que eu há pouco formulei, e que se pode resumir assim: existe toda uma outra Arqueologia que parece que vocês não conhecem e que não tem nada a ver com os aspectos romanescos mencionados. Trata-se de uma

investigação científica que, como sabem está incluída em muitos países (nomeadamente de tradição anglo-saxónica) no âmbito dos estudos de Antropologia. Os arqueólogos americanos, por exemplo, e por via de regra, antes de serem arqueólogos são antropólogos. Não me parece despidendo o que estou a dizer, nem fora do âmbito deste Colóquio. É exactamente importante porque na Europa, Antropologia e Arqueologia têm estado dissociadas, como também História e Antropologia. E a Arqueologia poder dar realmente à Antropologia a dimensão do factor tempo, das longas escalas diacrónicas e, por outro lado, esta sensibilidade à relação homem-objecto (incluindo ao nível simbólico), que é um campo de interacção entre as nossas duas disciplinas. Para além disso, há autores em Arqueologia cujo contributo para a formação de modelos explicativos de processos sociais, como por exemplo o da origem do Estado, é fundamental. Estou-me a lembrar de Colin Renfrew, por exemplo, professor em Cambridge, e que tem uma série de estudos recentes no âmbito do que se convencionou chamar a «Arqueologia Social» ou «processual», e que vêm na linha de trabalhos clássicos de autores americanos ou ingleses, antropólogos e arqueólogos. São estudos que em última análise vão buscar a sua inspiração à escola neo-evolucionista americana, mas também à «Nova Arqueologia» (que nasceu nesse país nos anos 60), entre muitas outras fontes. Há realmente toda uma «dignidade» teórica e interpretativa da Arqueologia que não tem nada a ver com a imagem popular da mesma... e que é importante que seja conhecida e reconhecida ao menos pelos nossos colegas que estudam outros ramos das ciências sociais!

A. S. S.: Vou encerrar o Colóquio da Antropologia Social, agradecendo em primeiro lugar, ao público presente, o interesse com que acompanhou esta realização; agradecendo aos comunicantes iniciais nossos convidados; e agradecendo especialmente às pessoas que se encarregaram da organização do Colóquio.

Gostaria de frisar que esta iniciativa foi de objectivos relativamente modestos; mas os objectivos centrais eram proporcionar o encontro e o reconhecimento entre pessoas, não apenas entre especialistas, mas entre o público, penso que a melhor definição que há é a de um público interessado na disciplina, que pensam que para eles a disciplina tem utilidade. Este reconhecimento e esses contactos mútuos têm de prosseguir em momentos necessariamente diferentes deste. Muito obrigado a todos e até uma próxima oportunidade.